Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Administração

Concurso Público

Cargo: Técnico da Área Instrumental do Governo

Caderno de Provas Objetivas

Aplicação: 7/3/2004

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e cinqüenta** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1** a **150**.
2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 12 – SAD-MT/TAIG, de 29/12/2003.
4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

I **8/3/2004** – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio http://www.cespe.unb.br, nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília, e na Gerência da Escola de Desenvolvimento de Competências Profissionais GED/SADP/SUGP/SEFAZ, localizada na rua Governador Jarí Gomes, n.º 454 – Boa Esperança, Cuiabá (MT) e na Secretaria de Estado de Administração, localizada no Centro Administrativo Político – CPA, Cuiabá (MT).

II **9** e **10/3/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e horários que serão informados na divulgação desses gabaritos.

III **30/3/2004** – Data provável da divulgação, após a apreciação de eventuais recursos, no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do concurso.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 12/2003 – SAD-MT/TAIG, de 29/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no sítio http://www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1** a **150** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 10

O Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso registra que o exercício de cargo efetivo ou em comissão, de emprego público ou função de confiança, exige conduta compatível com princípios da moral individual, social e funcional. Detalhando a conduta esperada dos servidores, destaca os princípios a seguir relacionados.

O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no artigo 37, *caput*, e § 4.º, da Constituição Federal.

A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, já que sua atuação refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos estaduais.

A moralidade da administração pública estadual não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como conseqüência, em fator de legalidade.

O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito de seu trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

A função pública integra-se na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

Internet: <http://www.mt.gov.br>. Acesso em fev./2004 (com adaptações).

Considerando a estrutura e a tipologia do texto I, julgue os itens a seguir.

1 O primeiro parágrafo, à semelhança de capítulo de lei, comporta informações gerais que são expandidas nos parágrafos seguintes.

2 A natureza e a forma de apresentação das idéias justificam a afirmação de que se trata de um texto argumentivo, cujo final é a retomada, de forma sintética, dos aspectos desenvolvidos anteriormente.

3 A ordem de apresentação dos parágrafos, a partir do terceiro, pode ser alterada, sem prejuízo à coerência, devido à relativa independência entre as idéias.

4 Reescrevendo-se o texto com os verbos no pretérito perfeito e acrescentando-se, ao final, o nome e o cargo do redator, o texto admite, sem outras alterações, a classificação de **relatório técnico**.

5 Suprimindo-se os espaços em branco, transformando-se o texto em um único parágrafo e colocando-se a data, por extenso, ao final, o texto pode fazer parte do corpo de um documento oficial denominado **ata**.

Acerca dos comportamentos individual e profissional expressos no texto I, julgue os itens subseqüentes.

6 O segundo parágrafo do texto dá ênfase ao elemento ético da conduta funcional, que obedece aos princípios constitucionais.

7 São comportamentos e atitudes valorizados no exercício da função, para que sejam preservadas a honra e a tradição mato-grossense, a honestidade, a compostura, o cuidado com o bem público, a eficácia, a noção e a prática de princípios morais.

8 O quarto parágrafo estabelece a distinção entre o bom e o mau funcionário, com base em critérios que destacam o bem comum, o equilíbrio, a legalidade, a finalidade e a moralidade do ato administrativo.

9 São objetivos prioritários da política pública estatal as seguintes melhorias: financeiras, com a elevação da remuneração do servidor público; legais, a fim de que o Direito faça parte da administração; sociais, já que o cidadão é parte da comunidade, e pessoais, uma vez que o sucesso no trabalho é o maior patrimônio do ser humano.

10 O fechamento do texto adverte que a vida privada de cada servidor integra-se à função pública, uma vez que a conduta diária pessoal repercute em seu desempenho funcional.

Nos itens a seguir, há reescrituras adaptadas do Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso. Julgue-os quanto à pontuação, à concordância, à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.

11 O servidor público deixar qualquer pessoa a espera de soluções permitindo a formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade mas principalmente dano moral aos usuários dos serviços públicos estaduais.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

12 O servidor público deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento e, assim, evitando a conduta negligente.

13 Os repetidos erros, o descaso, e o acúmulo de desvios, torna-se, as vezes, difícil de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

14 Causar dano à qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao estado de Mato Grosso: porém, a todos os homens de boa vontade que dedicaram inteligência, tempo, esperanças e esforços para construí-los.

15 Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor público não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da administração pública estadual.

16 O estado de Mato Grosso não pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão, da mentira, que sempre aniquilam a dignidade humana.

17 Uma comissão de ética não poderá se eximir de fundamentar o julgamento de desvios cometidos por servidor público, ou por prestador de serviços contratado, alegando falta de conhecimento ou inexistência de um código de conduta; cabe-lhe recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios éticos e morais conhecidos em outras profissões.

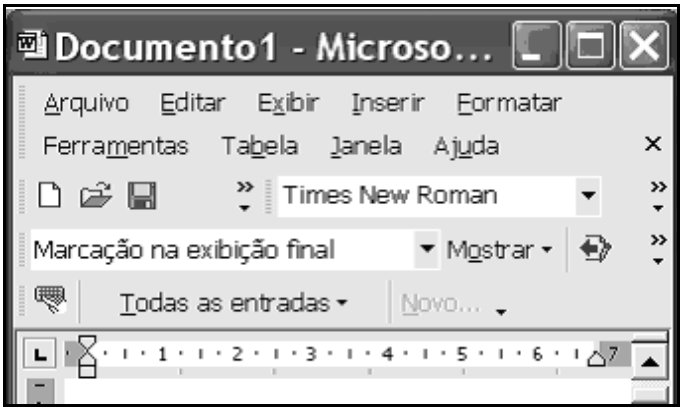
As passagens incluídas nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentadas, são partes sucessivas de um texto, mas foram adaptadas. Julgue-as quanto à grafia, ao emprego das palavras e à coerência de sentido.

18 As crianças aprendem aquilo que vivem.
Se uma criança cotidianamente é criticada, aprende a condenar.
Se uma criança vive hostilidade, acostuma-se a brigar.
Se uma criança sente-se envergonhada, costuma julgar-se culpada.

19 Se uma criança é tratada com estimulo, adquire confiança.
Se uma criança convive apreciada, assimila o bem-querer.
Se uma criança é tratada com equidade, absorve o senso de justiça.

20 Se uma criança sentir segurança, apreende a ter fé.
Se uma criança percebe aceitação, ajuda a respeitar-se.
Se uma criança subsiste com amizade, retém o amor no mundo.

Itens adaptados. Internet: <http://www.notes2.mp.ms.gov.br>. Acesso em fev./2004 (com adaptações).



Considerando a figura acima, que ilustra parte de uma janela do Word 2002, julgue os itens subseqüentes, acerca desse *software*.

21 Para inserir, em um documento em elaboração, um texto anteriormente elaborado e armazenado em arquivo, é suficiente clicar o botão ; selecionar, na janela aberta em decorrência dessa ação, o nome do arquivo contendo o texto que se deseja inserir; clicar OK.

22 O Word 2002 permite que diversos símbolos não disponibilizados diretamente pelo teclado possam ser inseridos em um documento em edição.

23 O Word 2002 permite que um dicionário personalizado, criado pelo usuário, seja inserido ao já existente na configuração-padrão. Para isso, pode-se utilizar os recursos da opção Dicionário, encontrada no menu Inserir.

Acerca do Excel 2002, julgue o item abaixo.

24 Considere que as células A1, A2 e A3 de uma planilha do Excel 2002 contenham, respectivamente, os números 5, 2 e 2. Então, a célula B1 ficará com o conteúdo igual a 20, caso se realizem as seguintes ações: clicar a célula B1; digitar =MULT(A1:A3) e, a seguir, teclar Enter.

Com relação a memória de computadores pessoais, julgue o item seguinte.

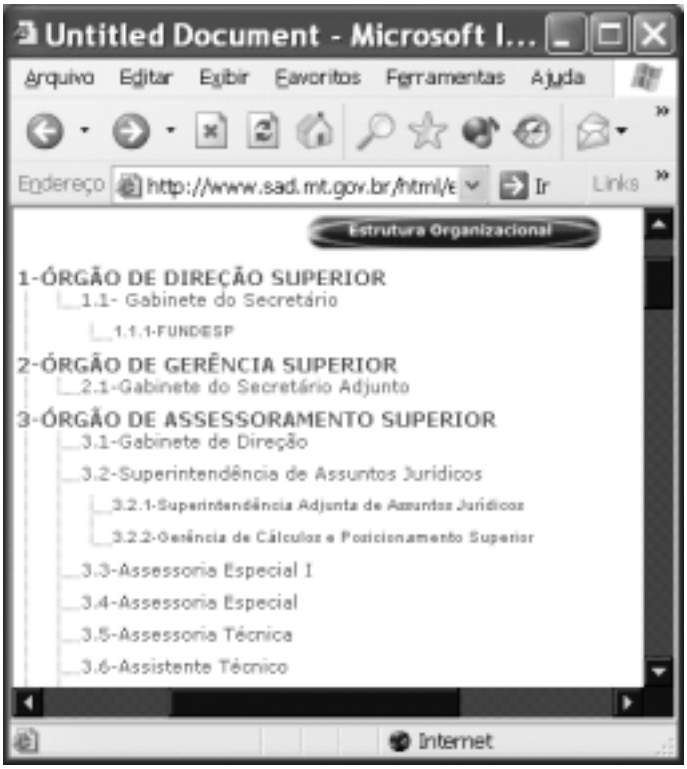
25 O disco rígido de um computador permite o armazenamento de dados e programas de computador. Esse disco corresponde à memória RAM do computador, que é um tipo de memória não-volátil. Atualmente, a capacidade máxima desse tipo de memória é de 64 MB.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

A figura acima mostra a janela Meu computador em execução em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP. Com relação a essa figura e ao Windows XP, julgue os itens que se seguem.

26 Havendo um disquete inserido no drive A:, ao se clicar com o botão direito do *mouse* o ícone Disquete de 3½ (A:), será exibida uma lista com várias opções, incluindo a opção Abrir, que permite abrir uma janela que possibilitará a visualização dos arquivos contidos no disquete.

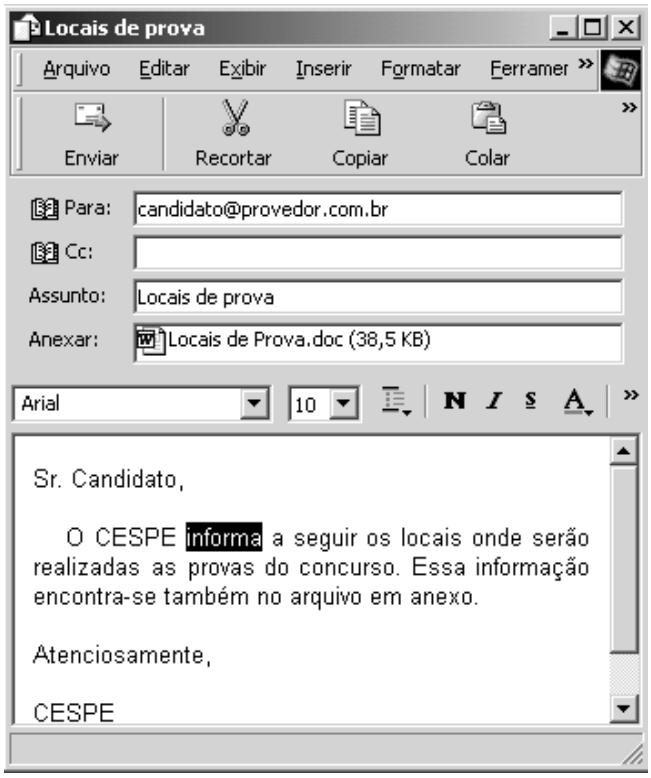
27 Para determinar se o disco C: está contaminado com algum tipo de vírus de computador, é suficiente clicar o ícone Disco local (C:) e, em seguida, clicar .



Considerando a figura do Internet Explorer 6 ilustrada acima, que mostra uma página Web, julgue os itens a seguir, relativos à Internet e ao Internet Explorer 6.

28 Para diminuir o congestionamento nos momentos de maior tráfego na rede mundial de computadores, os navegadores modernos, tais como o Internet Explorer 6, ao carregarem uma página, criam um arquivo especial, denominado *cookie*, para armazenar, no computador utilizado na navegação, as informações contidas na página. A partir do primeiro acesso a uma página Web, a cada novo acesso a essa página, o navegador, por meio de recursos-padrão do HTML, verifica se houve alterações na página e, a partir dessa análise, decide quais informações serão carregadas e quais serão obtidas a partir do *cookie* associado à página.

29 O Internet Explorer 6 é um navegador que permite o acesso à Internet por meio de uma conexão ADSL. Nesse tipo de conexão, caso seja clicado o botão , todos os *hyperlinks* considerados seguros existentes na página que está sendo acessada, segundo um padrão que deve ser configurado no *software*, passam a ser visualizados em destaque com relação àqueles *hyperlinks* considerados não-seguros. Essa tecnologia, denominada *firewall by software*, vem permitindo reduzir a infecção de computadores pela Internet, por vírus e outros aplicativos maliciosos.



A partir da figura acima, que ilustra uma janela do Outlook Express 6, julgue o seguinte item.

30 O documento Word indicado no campo Anexar: — Locais de Prova.doc (38,5 KB) — foi anexado à mensagem de correio eletrônico acima ilustrada. Essa ação pode ter resultado do uso do *menu* Inserir.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

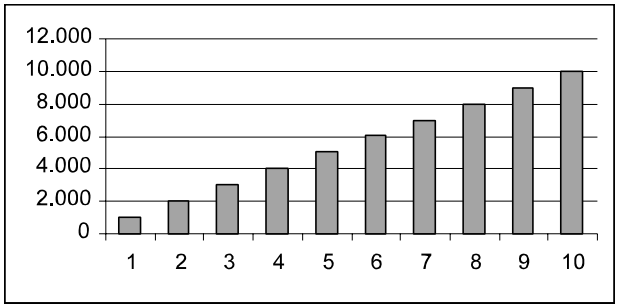
No dia 2 de janeiro de cada ano, Carlos aplica R$ 1.000,00 em cada uma de duas contas independentes que oferecem um rendimento de 10% ao ano, no regime de juros compostos. Considerando essa situação, julgue os itens a seguir.

31 Completado 1 ano após o primeiro depósito em cada uma das duas contas, imediatamente após efetuar os segundos depósitos, Carlos terá nessas duas contas um montante total de R$ 4.200,00.

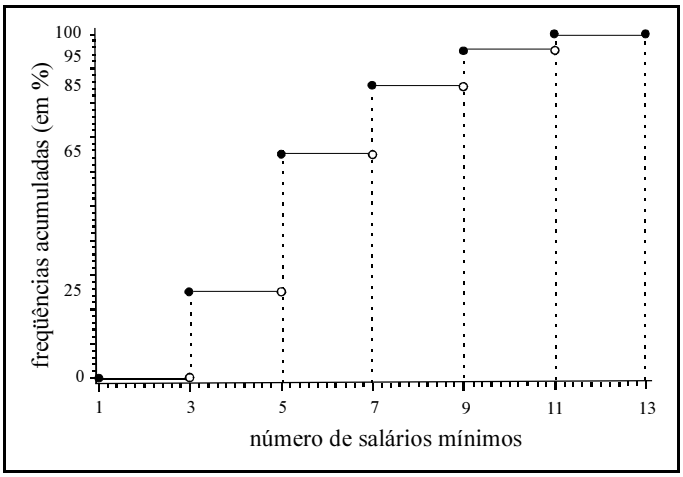
32 Completados 2 anos desde o primeiro depósito em uma das contas, por ocasião do terceiro depósito e imediatamente após tê-lo efetuado, Carlos terá acumulado nessa conta um montante superior a R$ 3.305,00.

33 O montante, em reais, acumulado por Carlos em uma das contas em um período de 10 anos pode ser calculado como a soma dos termos de uma progressão aritmética de termo inicial igual a 1.000 e razão igual a 1,1.

34 O gráfico abaixo poderia representar corretamente o montante, em reais, que Carlos teria em uma das suas contas por um período de 10 anos.



35 Considere que Carlos aplicou M reais por ano em uma carteira de ações que oferecia rendimentos anuais fixos e que, por ocasião do terceiro depósito, imediatamente após efetuá-lo, Carlos passou a ter nessa aplicação um montante igual a 7M. Nessas condições, é correto concluir que o rendimento pago nessa carteira de ações foi de 100% ao ano.



O gráfico acima apresenta as freqüências acumuladas, em valores percentuais, da distribuição dos salários de uma empresa em termos de salários mínimos. No gráfico, um ponto representa um intervalo de classe fechado e um círculo, um intervalo de classe aberto.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem referentes à distribuição de salários nessa empresa.

36 A média da distribuição é maior que 7,5 salários mínimos.

37 O primeiro quartil da distribuição é igual ou superior a 5 salários mínimos.

38 A mediana da distribuição é menor do que 7,5 salários mínimos.

39 A moda da distribuição está entre 5 e 7 salários mínimos.

40 A variância da distribuição é um valor superior a 8 salários mínimos.

RASCUNHO

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CONHECIMENTOS GERAIS

Após a década de 60 do século XX, com a construção de Brasília e a abertura de novas estradas, iniciou-se uma nova etapa na ocupação da região Centro-Oeste. Nesse processo, as terras no estado de Mato Grosso transformaram-se em fronteira econômica. Acerca desse tema, julgue os itens a seguir.

41 A paisagem do estado foi modificada em razão da valorização econômica dos biomas amazônico e do cerrado ali encontrados.

42 A partir de 1970, o acelerado processo de urbanização que vinha acontecendo foi interrompido. Elevados índices de crescimento da população rural foram observados desde então, com a criação de novas áreas de pastagens e de lavouras.

43 Uma peculiaridade do Mato Grosso em relação a outras áreas de atração populacional do país é a ausência de fluxos imigratórios oriundos de outras regiões brasileiras.

44 Como conseqüência do desenvolvimento econômico da região, pode-se concluir que a base da economia do estado de Mato Grosso é o comércio, e sua capital, Cuiabá, é considerada o principal pólo econômico da região.

Área formalmente espanhola nos primórdios da colonização brasileira, o território hoje correspondente ao estado de Mato Grosso somente foi incorporado oficialmente ao Brasil, então colônia portuguesa, em meados do século XVIII. Sua ocupação sistemática deveu-se, acima de tudo, à ação dos bandeirantes e à descoberta do ouro, que atraiu milhares de exploradores. A decadência da mineração foi decisiva para o crescente isolamento da região, algo patente sobretudo ao longo do período imperial.

Na República, a ampliação da rede telegráfica, a navegação a vapor e a abertura de algumas estradas foram essenciais para a gradativa superação desse isolamento. Também fundamentais para a inserção de Mato Grosso — como, de resto, do Centro-Oeste — ao processo de desenvolvimento nacional foram as políticas públicas implementadas pelo governo federal em dois momentos principais: a de interiorização do desenvolvimento, bandeira desfraldada pela Era Vargas, e a de integração nacional, patrocinada pelo regime militar na década de 70 do século passado.

Com o auxílio dessas informações e considerando o cenário histórico da atualidade, julgue os itens seguintes.

45 A ocupação do território onde hoje se encontra o estado de Mato Grosso aconteceu de maneira atípica e singular, não encontrando paralelo em qualquer outra área do Brasil colônia.

46 A criação da vila de Cuiabá é relativamente recente — primeira metade do século XIX — e deveu-se à necessidade sentida pelo governo metropolitano de manter controle sobre a região no momento em que a decadência da mineração gerava forte tensão social.

47 Quando se fala em expansão da rede telegráfica em Mato Grosso, no período republicano, emerge com destaque a figura do marechal Cândido Rondon, também respeitado por seu trabalho de indigenista.

48 A política de integração nacional conduzida pelos militares, nos anos 1970, privilegiou a multiplicação de pequenas propriedades e estimulou a agricultura de subsistência, tendo por objetivo imediato socorrer as levas de migrantes — majoritariamente formadas por nordestinos — que se dirigiam para o Mato Grosso.

49 No atual cenário econômico mundial, os países buscam ampliar sua capacidade de exportação tendo em vista a necessidade de se situarem bem em um mercado cada vez mais globalizado e extremamente competitivo.

50 Nos dias de hoje, países emergentes, como o Brasil, fazem severas críticas às práticas protecionistas dos países mais ricos, como os subsídios agrícolas norte-americanos e europeus, sob o argumento de que distorcem as normas consensuais do comércio mundial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do direito constitucional e administrativo, julgue os itens a seguir.

51 Seria considerada uma norma programática uma regra constitucional que determinasse: "a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente".

52 São da União todas as competências que a Constituição da República não atribui expressa ou implicitamente aos estados e municípios.

53 A Constituição da República somente permite que a lei de diretrizes orçamentárias seja alterada por meio de medida provisória quando se tratar de modificação dotada de excepcional relevância e urgência.

54 Considere a seguinte situação hipotética.

O governo do estado de Mato Grosso editou lei isentando as empresas públicas estaduais do pagamento de IPTU.

Nessa situação, a referida lei viola a Constituição da República.

55 Cabe ao Ministério Público estadual a orientação jurídica e a defesa judicial dos interesses das pessoas comprovadamente pobres.

56 Não cabe à Defensoria Pública estadual representar judicialmente o estado de Mato Grosso.

Considerando que a AMT é uma autarquia do estado de Mato Grosso, julgue os seguintes itens.

57 A AMT integra a administração direta do estado de Mato Grosso.

58 A AMT é imune à incidência de impostos e taxas municipais.

59 Considere a seguinte situação hipotética.

Raul ingressou na justiça com pedido de reparação de danos materiais que ele julga terem sido causados pela atuação de um servidor da AMT, no exercício de suas funções.

Nessa situação, para ter direito a que a AMT indenize seus prejuízos, Raul precisa comprovar que o referido servidor agiu culposa ou dolosamente.

60 Seria descabido que a AMT celebrasse com o estado de Mato Grosso contrato de concessão de serviço público.

Supondo que a empresa EPMT seja uma empresa pública do estado de Mato Grosso, julgue os itens subseqüentes.

61 A EPMT tem personalidade jurídica de direito privado e, por isso, não tem dever de contratar empregados mediante concurso público.

62 A EPMT não pode realizar contrato de gestão, porque esse tipo de contrato apenas pode ser celebrado entre a União e órgãos da administração direta.

Considerando que há uma semana Marcos foi nomeado para cargo em comissão de uma secretaria do estado de Mato Grosso, julgue os itens que se seguem.

63 Para ocupar o seu cargo, Marcos não precisaria ter sido aprovado em concurso público.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

64 A partir da data de sua nomeação, Marcos dispõe de trinta dias para tomar posse.

65 Cumprido o período aquisitivo de doze meses, Marcos fará jus a férias de trinta dias, que poderão ser gozados de forma consecutiva ou em duas etapas de quinze dias.

66 O Tribunal de Contas de Mato Grosso será o órgão do Poder Judiciário competente para processar e julgar Marcos por crime de improbidade administrativa que ele venha a cometer.

67 É cabível a utilização de mandado para anular judicialmente um ato ilegal praticado por Marcos.

Considerando que Rodrigo ocupa, há quatro anos, cargo público de auxiliar administrativo em uma escola estadual de Cuiabá – MT, julgue os itens seguintes.

68 Rodrigo é um servidor estável, de modo que ele somente pode perder seu cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

69 Considere a seguinte situação hipotética.

Paula, esposa de Rodrigo, que mora com ele em Cuiabá, foi aprovada em um concurso público estadual para exercer cargo em Rondonópolis – MT. Para não se afastar da mulher, Rodrigo solicitou remoção para uma escola estadual situada em Rondonópolis. Sua solicitação foi deferida.

Nessa situação, Paula não faz jus ao recebimento de ajuda de custo, mas Rodrigo tem direito a receber essa vantagem, em função da mudança de sede.

70 Considere a seguinte situação hipotética.

Restou comprovado em processo administrativo disciplinar que, sem justa causa, Rodrigo faltou ao serviço 33 dias consecutivos.

Nessa situação, seria ilícito condenar Rodrigo a pena de suspensão por 90 dias.

71 Quando completar 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, Rodrigo terá direito a se aposentar com proventos integrais.

Gustavo, servidor público do estado de Mato Grosso — agente de trânsito —, autuou determinado motorista por conduzir seu automóvel 10 km/h acima da velocidade máxima permitida. No dia seguinte, Gustavo percebeu que o instrumento de medição de velocidade por ele utilizado não estava devidamente calibrado, pois acusava velocidades 10 km/h superiores às velocidades reais.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens a seguir.

72 A expedição do auto de infração é um ato administrativo vinculado.

73 Após constatar a falha do instrumento, Gustavo não deve revogar, mas anular o referido auto de infração.

Supondo que Maria seja governadora do estado de Mato Grosso, julgue os itens subseqüentes.

74 Durante o mandato de Maria, seu marido poderia candidatar-se a reeleição para cargo de vereador de Cuiabá – MT.

75 Considere a seguinte situação hipotética.

Devido à sua reconhecida competência técnica, Maria foi convidada pelo presidente da República para ser ministra da agricultura.

Nessa situação, se Maria aceitasse o referido convite, ela poderia licenciar-se do governo de Mato Grosso e voltar ao exercício do cargo de governadora após deixar o Ministério da Agricultura.

76 Enquanto for governadora, Maria deve ser julgada perante o Superior Tribunal de Justiça pela prática de crime comum cometido durante o mandato.

O município de Cuiabá – MT realizou um *show* comemorativo do aniversário da cidade e, para evitar que o barulho incomodasse as pessoas, marcou o *show* para um local um pouco afastado do centro da cidade. Na véspera do *show*, percebendo que ele poderia se revelar um fiasco por acontecer em local de acesso difícil para quem não possui automóvel, o prefeito decidiu proporcionar transporte gratuito às pessoas. Com essa finalidade, o município contratou uma determinada empresa para transportar gratuitamente pessoas da rodoviária da cidade até o local do evento.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem, relativos ao direito administrativo.

77 O contrato entre o município e a empresa não constitui contrato de concessão de serviço público.

78 Como existia urgência na contratação, pois a decisão de oferecer transporte tinha sido tomada na véspera e, portanto, não havia tempo hábil para realizar um procedimento licitatório, essa urgência torna inexigível a realização de licitação para a contratação da empresa de transporte.

Julgue os seguintes itens, a respeito do direito administrativo.

79 Considere a seguinte situação hipotética.

Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o estado de Mato Grosso celebrou com Humberto contrato de prestação de serviços, por tempo determinado.

Nessa situação, Humberto não ocupa cargo público, mas exerce função pública.

80 Considerando que o rio Araguaia separa a parte leste do estado de Mato Grosso da parte oeste do estado de Goiás, somente pertence ao Mato Grosso a parte do rio Araguaia que banha o estado, desde a sua margem ocidental até a metade do curso das águas.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Aguiar adquiriu, em janeiro de 2004, um caminhão com o propósito de utilizá-lo profissionalmente na atividade de transporte de mercadorias.

Na data da aquisição, ele firmou um contrato de seguro, com a seguradora Sólida S.A., pelo qual, mediante o pagamento de um prêmio pelo segurado, a empresa se responsabilizaria por quaisquer furtos ou danos ocorridos no veículo, inclusive aqueles decorrentes de caso fortuito ou de força maior. O pagamento do prêmio foi efetuado à vista, em janeiro de 2004, no ato da contratação do seguro.

O contrato previu que, em caso de perda total, a seguradora poderia optar por entregar um veículo do mesmo ano e modelo ou pagar a quantia equivalente em dinheiro, segundo avaliação do caminhão a preço de mercado.

Em fevereiro de 2004, o veículo foi alvo de ato de vandalismo praticado por dois jovens, que atearam fogo ao caminhão, que ficou totalmente destruído. A seguradora Sólida S.A. estipulou o valor de mercado do veículo em R$ 75.000,00, para fins de indenização.

Posteriormente, a polícia identificou os dois responsáveis pelo incêndio: Ricardo e Rogério, ambos com 18 anos de idade e de classe média alta.

Com base na situação hipotética descrita, julgue os itens seguintes.

81 O contrato de seguro firmado entre Aguiar e a seguradora Sólida S.A. tem, entre outras, as seguintes características: é um contrato bilateral, oneroso, aleatório e *inter vivos*; a obrigação para a seguradora Sólida S.A., decorrente desse contrato, tem, entre outras, as seguintes características: é uma obrigação de dar e alternativa.

82 A previsão contratual que permite à seguradora optar por entregar um veículo do mesmo ano e modelo ou a quantia equivalente em dinheiro contraria disposição expressa do Código Civil, segundo a qual, nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor.

83 Aguiar não pode ser obrigado a receber da seguradora Sólida S.A., a título de dação em pagamento, um caminhão de ano e modelo diversos daquele objeto do contrato de seguro, a menos que o valor desse veículo seja superior ao daquele destruído no incêndio.

84 Ao efetuar o pagamento da indenização a Aguiar, na condição de terceira interessada, a seguradora Sólida S.A. sub-roga-se nos direitos do segurado, tendo legitimidade para ingressar em juízo com ação de regresso contra os causadores do dano, uma vez que a sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias, em relação à dívida.

85 A responsabilidade de Ricardo e Rogério pela reparação dos prejuízos causados em decorrência da prática de ato ilícito é subjetiva, sendo que a indenização devida corresponde ao valor total dos danos materiais e morais efetivamente causados, não se limitando ao valor de R$ 75.000,00.

86 Caso Ricardo efetue sozinho o pagamento de metade da dívida, ainda assim continuará responsável pelo pagamento da outra metade, solidariamente com Rogério, visto que, como se trata de solidariedade passiva, o pagamento parcial feito por um dos devedores não aproveita aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga.

Suponha que, no dia 27/2/2004, tenha sido publicada, no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, a lei estadual apresentada a seguir.

Lei n.º 9.999, de 26 de fevereiro de 2004.

Autoriza o Poder Executivo a instituir a empresa EAMT – Empresa Agropecuária do Estado do Mato Grosso.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do estado do Mato Grosso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a empresa pública estadual denominada Empresa Agropecuária do Estado do Mato Grosso (EAMT), com a finalidade de prestar serviços públicos destinados a fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar no estado.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Cuiabá, 26 de fevereiro de 2004; 183.º da Independência e 116.º da República.

Considerando as disposições constantes da lei hipotética acima apresentada, julgue os itens que se seguem.

87 Tendo em vista que a Lei n.º 9.999/2004 não definiu expressamente o período de sua vigência, ela começa a vigorar, por tempo indeterminado, às 24 (vinte e quatro) horas do dia 27/2/2004, tornando-se obrigatória para todos, não cabendo a ninguém, a partir de então, escusar-se de cumpri-la sob a alegação de que não a conhece.

88 O fato de a Lei n.º 9.999/2004 não apresentar *vacatio legis* garante que ela acompanhe o princípio da irretroatividade das leis. Apesar de revogar todas as disposições em contrário, essa lei não pode atingir situações jurídicas constituídas em data anterior à sua vigência, visto que deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

89 Uma eventual revogação da Lei n.º 9.999/2004 poderá ser expressa ou tácita, total — denominada ab-rogação — ou parcial — denominada derrogação. Assim, a supressão da eficácia jurídica da referida lei somente poderá decorrer de dispositivo constante de lei ordinária estadual publicada em data posterior a 27 de fevereiro de 2004.

90 Considerando que a EAMT deverá ser uma pessoa jurídica de direito privado, a sua existência legal só terá início com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, consoante determina o Código Civil.

91 Tendo em vista que a EAMT é uma empresa prestadora de serviço público, deverá responder objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

No dia 24 de fevereiro de 2004, Maria das Dores, 17 anos de idade, casada, empresária, sofreu um acidente automobilístico em decorrência do qual encontra-se internada em uma clínica, em estado grave de saúde. Tal fato impede Maria das Dores de exprimir a sua vontade na prática dos atos atinentes aos diversos negócios que administra, apesar de alguns pequenos instantes diários de lucidez. A despeito da gravidade das lesões que sofreu, os médicos da clínica prevêem que em algumas semanas ela estará completamente recuperada.

Com base na situação hipotética descrita, julgue os itens subseqüentes.

92 A transitoriedade da enfermidade de Maria das Dores possibilita que o juiz, a requerimento dela, de seu cônjuge ou de outros interessados enumerados pelo Código Civil, nomeie-lhe um curador para cuidar de todos ou alguns de seus negócios ou bens.

93 Apesar de ter apenas 17 anos de idade, no dia do acidente automobilístico Maria das Dores era considerada plenamente capaz para exercer pessoalmente todos os atos jurídicos, não podendo ser impedida de praticar atos, seja na esfera constitucional, seja na administrativa ou civil, sob o argumento de insuficiência etária.

94 Antes de seu casamento ou do seu estabelecimento como empresária, Maria das Dores era considerada absolutamente incapaz ou relativamente incapaz para a aquisição de direitos e deveres na ordem civil.

95 Caso Maria das Dores e seu cônjuge tivessem falecido no acidente automobilístico, não se podendo averiguar quem morreu primeiro, estar-se-ia diante de uma presunção relativa de comoriência, o que acarretaria a impossibilidade jurídica de haver transmissão de direitos sucessórios entre ela e seu cônjuge.

A administração de recursos humanos conta com atividades que, se realizadas de maneira eficaz, podem contribuir sensivelmente para o alcance dos objetivos organizacionais. Nesse contexto, julgue os itens subseqüentes.

96 A avaliação de desempenho pode ser corretamente analisada com base na teoria das expectativas de motivação, considerando-se que o indivíduo está motivado a realizar algum trabalho se esse esforço resultar em avaliação positiva de seu desempenho, o que, por sua vez, levará a recompensas por ele desejadas e valorizadas.

97 A avaliação de desempenho deve ser entendida mais em sua função orientadora que controladora de pessoas e deve ser não apenas um formulário burocrático, mas um processo de negociação entre o superior e o subordinado.

98 Entre as críticas aos planos de cargos e salários, incluem-se a de que eles tornam as promoções excessivamente importantes e a de que não encorajam o desenvolvimento de habilidades.

99 O rodízio de funções pode ser corretamente considerado um importante método de treinamento para a organização, dado que possibilita ao indivíduo conhecer mais sobre as atividades dos diversos cargos da organização.

100 A avaliação de desempenho, por ser geralmente subjetiva, não deve ser utilizada para o levantamento de necessidades de treinamento.

101 Na seleção de pessoal, buscam-se candidatos em consonância com os requisitos dos cargos. Nesse sentido, um dos métodos mais utilizados é o de entrevista, que, em razão de distorções perceptivas do entrevistador, pode levar à escolha do pior candidato.

Tendo em vista o planejamento estratégico de uma organização, julgue os itens a seguir.

102 A definição dos objetivos da organização é fundamental para a análise do ambiente externo no contexto de elaboração do diagnóstico estratégico.

103 No que diz respeito à elaboração de cenários, a abordagem projetiva explica o futuro pelo passado, sem a necessidade de utilização de modelos quantitativos.

104 A estratégia tem a missão de definir os cursos de ação a serem seguidos para que sejam atingidos os objetivos organizacionais.

105 A definição dos valores é um aspecto fundamental na elaboração do planejamento estratégico, guiando as pessoas nas atividades que realizam na organização. Nesse sentido, é necessário definir os valores logo após a definição dos objetivos e estratégias, mas antes da elaboração do planejamento operacional.

Na administração pública federal, a avaliação dos recursos patrimoniais obedece a certas normas. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

106 Os bens móveis e imóveis devem ser avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção.

107 Os bens de almoxarifado devem ser avaliados pelo método PEPS — primeiro que entra, primeiro que sai.

108 Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos, quando em moeda estrangeira, deverão figurar em moeda nacional à taxa de câmbio vigente na data da operação.

109 As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas em conta patrimonial.

110 Deverão ser feitas, com base em índice oficial, reavaliações anuais dos bens federais móveis e imóveis.

Com referência às noções básicas de contabilidade, julgue os itens subseqüentes.

111 A contabilidade busca, primordialmente, apreender e entender, no sentido mais amplo possível, as mutações sofridas pelo patrimônio decorrentes exclusivamente da ação do homem, tendo em mira, muitas vezes, uma visão prospectiva de possíveis variações.

112 O patrimônio é o objeto da contabilidade estudado sob seus aspectos qualitativos e quantitativos. No primeiro, o foco está na natureza dos elementos que compõem o patrimônio, enquanto o segundo aspecto refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em valores.

113 As contas classificam-se em diferenciais e integrais. As diferenciais representam os componentes patrimoniais — ativo, passivo e patrimônio líquido — e as integrais registram as variações patrimoniais, englobam receitas e despesas, e servem, ainda, para determinar o resultado do exercício.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

114 O lançamento é o registro de um fato contábil que possui duas funções: histórica e monetária. A primeira função é relatar, em ordem cronológica e de modo simplificado, o acontecimento relacionado ao patrimônio. A segunda, é abranger o registro da expressão monetária dos fatos registrados.

115 De acordo com a legislação vigente, os estoques devem ser avaliados exclusivamente pelo custo de aquisição, adicionado aos demais custos com a estocagem.

116 Levantamentos referem-se a procedimentos destinados a verificar, aferir ou conferir a existência, a integridade ou o valor real de itens patrimoniais, como, por exemplo, a contagem física dos estoques.

117 A contagem dos bens patrimoniais em determinada data é realizada por meio de inventário, que pode ser de bens do ativo permanente — bens de uso — e mercadorias ou de demais itens em estoque, que é realizado, preferencialmente, por ocasião do encerramento do exercício.

Com base nas normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nos ensinamentos da doutrina, julgue os itens que se seguem, relativos aos conceitos e às noções básicas de auditoria.

118 Não existe hierarquização formal entre os princípios fundamentais de contabilidade, sendo todos eles elementos predominantes na constituição de um corpo orgânico. Esses princípios são premissas universais que não necessitam de demonstração e que ultrapassam a condição de simples conceitos.

119 A expressão **controles internos** refere-se exclusivamente a controles de cunho estritamente contábil de uma organização, ou seja, a um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas que tem como objetivo proteger os ativos e produzir dados contábeis confiáveis.

120 O programa de auditoria consiste em um plano de trabalho para exame de área específica, no qual estão previstos os procedimentos a serem aplicados para que se alcance o resultado desejado. Ele deve ser bastante amplo e flexível, possibilitando alterações durante as verificações a fim de adequar-se às circunstâncias ou à maior ou menor eficiência dos controles internos do cliente.

121 Denomina-se papéis de trabalho o conjunto de formulários e documentos que contêm as informações e os apontamentos coligidos pelo auditor no decurso do exame, as provas por ele realizadas e, em muitos casos, a descrição dessas provas, que constituem o testemunho do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.

122 De acordo com as normas de auditoria, os procedimentos de revisão analítica, por serem conclusivos e finais, não admitem verificações adicionais.

Com base na doutrina e na legislação vigente acerca do orçamento público, julgue os itens seguintes.

123 A Constituição Federal de 1988 instituiu três orçamentos, que são peças distintas e elaboradas separadamente: o orçamento fiscal, que compreende as receitas e despesas de todas as unidades da administração direta; o orçamento das estatais, que contém as receitas e despesas das entidades da administração indireta; e o orçamento das entidades de seguridade social.

124 O princípio da universalidade determina que o orçamento público inclua todas as receitas e todas as despesas do governo; no entanto, de acordo com a legislação vigente, as receitas oriundas de operações de crédito por antecipação da receita e de emissões de papel-moeda não devem ser incluídas no orçamento.

125 O projeto de lei de diretrizes orçamentárias, nas três esferas de governo, é elaborado pelo Poder Executivo, aprovado pelo Poder Legislativo, com base nos planos plurianuais, e deve, entre outras funções, compreender as metas e prioridades da administração pública e orientar a elaboração da lei orçamentária anual para o exercício subseqüente.

126 Em uma abordagem sistêmica e didática, distinguem-se, no processo ou ciclo orçamentário, que não possui forma estrutural e sim dinâmica, quatro etapas interligadas: elaboração da proposta orçamentária; discussão, votação e aprovação da lei orçamentária; execução orçamentária; e controle e avaliação da execução orçamentária.

127 De acordo com a técnica orçamentária, as expressões **crédito orçamentário** e **dotação orçamentária** são sinônimas e referem-se ao valor ou à verba consignada no orçamento público a determinado programa ou ação de governo.

128 No ordenamento jurídico brasileiro, as únicas normas que vinculam e regem o processo orçamentário, especialmente no que se refere às etapas de elaboração, execução e controle, são as três leis complementares estritamente orçamentárias: a do Plano Plurianual, a de Diretrizes Orçamentárias e a própria Lei Orçamentária Anual.

129 O orçamento público federal brasileiro é elaborado mediante a utilização de um sistema eletrônico denominado Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), aplicativo desenvolvido e gerenciado por técnicos da Secretaria do Orçamento Federal (SOF), do Ministério de Planejamento e Orçamento.

Considerando o que determinam a Lei n.º 4.320/1964, a Lei n.º 8.666/1993 e demais normas aplicáveis à contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

130 Sob a ótica econômica, as operações de crédito poderiam ser classificadas como receita corrente ou de capital, dependendo da destinação dos recursos obtidos com a operação; entretanto, a Lei n.º 4.320/1964 determina a classificação de todos os ingressos desse tipo na categoria de receitas de capital.

131 Inversões financeiras caracterizam despesas decorrentes de dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização dessas obras, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

132 Suprimento de fundos caracteriza uma espécie de adiantamento de dinheiro a servidor para que ele possa, dentro de limites bem definidos, realizar, por conta do órgão, gastos que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Somente é admissível nos casos de despesas expressamente definidas em lei e deve ser precedido de empenho em dotação própria.

133 O pagamento de restos a pagar não processados deve ser contabilizado como débito de uma conta de resultado negativo — despesa orçamentária — para representar a redução do patrimônio líquido ocorrida com o pagamento da dívida em contrapartida a uma conta do passivo denominada restos a pagar, criada especificamente em função de um empenho emitido e não pago.

134 A lei prevê apenas dois casos de gastos passíveis de serem executados na rubrica **despesas de exercícios anteriores**: as despesas de exercícios encerrados não processadas na época própria e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro, criados em virtude de lei.

135 Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número de três pela unidade administrativa, a qual afixará cópia do instrumento convocatório em local apropriado e o estenderá aos demais cadastrados na especialidade correspondente que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.

O processo de gestão financeiro-orçamentária do setor público brasileiro, desde a edição de regras fundamentais na Constituição da República de 1988, veio, por meio de um conjunto de normas, consolidando técnicas, princípios e procedimentos. Acerca desse tema, julgue os seguintes itens.

136 As receitas discricionárias correntes são obtidas dos particulares, envolvendo o patrimônio alheio e não o do próprio Estado. Esse grupo deriva do comando unilateral de vontade do Estado. São as rendas que o Estado colhe do setor privado, por ato de autoridade, no uso da supremacia estatal.

137 A classificação funcional-programática utilizada desde o ano de 1998, composta de um rol de funções e programas prefixados, detém o papel de agregador dos gastos públicos por área de ação governamental, nas três esferas. Por ser de aplicação comum e obrigatória no âmbito dos municípios, dos estados e da União, a classificação funcional-programática permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

138 A lei de diretrizes orçamentárias não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

139 O projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá reserva de contingência, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, cuja forma de utilização e montante, estabelecidos com base na receita corrente líquida, serão definidos na lei orçamentária anual.

140 A emissão do empenho abate o seu valor da dotação orçamentária total do programa de trabalho, tornando a quantia empenhada indisponível para nova aplicação. É uma garantia para o fornecedor ou prestador de serviço contratado pela administração pública de que a parcela referente ao seu contrato foi bloqueada para honrar os compromissos assumidos.

141 Denomina-se suprimento de fundos a modalidade simplificada de execução de despesa que consiste na entrega de numerário a servidor para a realização de despesa precedida de empenho na dotação própria, que, por sua natureza ou urgência, não possa subordinar-se ao processo normal da execução orçamentária e financeira.

142 Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

143 É obrigatória a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a administração pública, ainda que tal órgão tenha sido criado para esse fim específico e o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

O processo que constitui o orçamento público no Brasil

144 tem como característica a existência de unidade na apresentação da Lei Orçamentária Anual de cada ente federativo.

145 é classificado sob lógica funcional, entre outras classificações.

146 é subordinado ao princípio da exclusividade.

147 é, metodologicamente, um orçamento-programa ou tridimensional.

148 possui normas supraordenadoras em nível de lei complementar.

149 não permite, em nenhuma hipótese, a vinculação da receita de impostos a órgãos ou finalidades.

150 não inclui a programação detalhada dos financiamentos concedidos pelas agências financeiras oficiais de fomento.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.